

Os cortadores de cana e as lutas pelo controle de sua produção: a experiência do Quadra fechada em Cosmópolis/SP

Juliana Biondi Guanais (doutoranda em Sociologia/UNICAMP)

GT 2: Controle social dos meios de produção

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o Quadra fechada, um sistema alternativo de aferição da quantidade de cana cortada que foi implantado em uma única usina do país, a Ester (localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo), em 1998. Como será demonstrado no decorrer do texto, o Quadra fechada surgiu com o intuito de se diferenciar do sistema de aferição vigente na maioria das usinas, denominado Campeão, sistema esse que impede que os cortadores de cana obtenham o controle sobre sua produção. Por suas características diferenciadoras, o Quadra fechada acaba dificultando a existência de roubos por parte da usina, uma vez que por seu intermédio os trabalhadores rurais podem saber a exata quantidade de cana que cortaram em um dia de trabalho. Entretanto, como será demonstrado ao longo da análise, a despeito de todos os avanços de tal sistema alternativo, o mesmo possui alguns limites, limites esse que precisam ser superados quando o intuito é se obter um controle estrito da produção por parte de trabalhadores e sindicato.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o Quadra fechada, um sistema alternativo¹ de aferição da quantidade de cana cortada que foi implantado em uma única usina do país, a Ester, em 1998. Para que se possa analisar o Quadra fechada, é necessário, de início, voltar ao tempo e fazer uma recapitulação dos motivos que justificaram sua criação. Assim, na primeira parte do texto serão resgatadas algumas experiências de resistência dos cortadores de cana, momento em que será apresentado aos leitores um pouco das lutas dos trabalhadores assalariados rurais pelo controle de sua produção, e em que será analisado o sistema predominante de aferição da quantidade de cana, o Campeão. Já na segunda parte será feita uma recapitulação do histórico do Quadra fechada desde o momento em que foi implantado na Usina Ester, intentando demonstrar em que medida o sistema alternativo se diferencia do modelo predominante em todas as demais usinas do país. É importante mencionar que toda a análise aqui empreendida tomou como suporte a pesquisa realizada junto à Usina Açucareira Ester S.A. e seus cortadores de cana, pesquisa essa que deu origem a minha dissertação de mestrado².

1) Um pouco de história: as lutas dos assalariados rurais pelo controle de sua produção

“Se fez o salário, muito bem, se não fez, a gente tem que estar presente para o peso da cana, porque se não deixar, cada vez é mais pior para nós. Porque na nossa presença o cabo ainda faz presepada com o peso da cana. E se a gente não estiver, até na ausência ele faz pior (...) E é assim. A gente tem que estar presente. Se fez pouquinho tem que estar

¹ O *Quadra fechada* é tido como um sistema alternativo em relação ao método vigente de aferição da quantidade de cana, o *Campeão*. Alternativo porque o primeiro surgiu com o intuito de se diferenciar em muitos aspectos do sistema predominante, como será melhor explicado no decorrer do texto.

² GUANAIS, Juliana Biondi. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010. Vale mencionar que a referida pesquisa contou com o financiamento da FAPESP entre os anos de 2008 e 2010.

presente. E se fez muito tem que estar presente.” (Depoimento de um trabalhador entrevistado por Lygia Sigaud, na Zona da Mata pernambucana, em 1971)³

O depoimento registrado por Lygia Sigaud citado acima sintetiza a temática que será tratada neste trabalho, qual seja, a histórica demanda dos trabalhadores assalariados rurais para terem o controle de sua produção, demanda essa que está intimamente associada ao pagamento por produção, forma de remuneração vigente para a cultura de cana-de-açúcar. A luta pelo direito de controlar o que produzem é justificada pelos trabalhadores rurais como uma das formas encontradas para não serem roubados pelos patrões. Pelo fato de os cortadores de cana desconhecerem e/ou não poderem acompanhar os métodos e os critérios utilizados para aferir a quantidade de cana cortada, muitos sempre se queixaram de receber menos do que de fato deveriam. Essas fraudes e roubos a que os trabalhadores rurais estão submetidos passaram a ser tão corriqueiras e chamar tanto a atenção, que se tornaram objeto de análise de vários pesquisadores ao longo do tempo.

Em sua pesquisa sobre os trabalhadores rurais pernambucanos no final dos anos setenta, Lygia Sigaud (1979a) analisou algumas das situações de roubos relatadas pelos trabalhadores. De acordo com a autora, no caso das fazendas que eram cedidas aos empreiteiros⁴ pelos proprietários, a medição da cana cortada pelos trabalhadores ocorria somente em um único dia da semana por um funcionário da fazenda (o cabo). Era nesse momento que os trabalhadores podiam avaliar com precisão o quanto haviam sido roubados pelos empreiteiros.

“Embora possam identificar em quantas braças estão sendo lesados, ao término de cada jornada de trabalho, e disso sejam capazes simplesmente olhando o empreiteiro medir, porque foram socializados com esse tipo de medida por braça, a medição do cabo legitima a sua certeza ‘selvagem’”. (SIGAUD, 1979a, p. 155)

De acordo com Sigaud, tais roubos eram extremamente importantes tanto para os empreiteiros como para os proprietários de terras porque uma parte do lucro dos mesmos advinha do que conseguiam roubar dos trabalhadores na medição das áreas e na pesagem das canas. Assim, “Não só a diferença no tamanho da braça como a própria modalidade de medir, aos saltos ou ‘voando’ a braça, como dizem os trabalhadores, são partes integrantes e constitutivas de seu ‘lucro’”(SIGAUD, 1979a, p. 134).

Essa situação era ainda mais agravada pois, naquela época – em fins dos anos setenta – os proprietários ainda utilizavam braças⁵ de vários tamanhos. O tamanho das braças foi um dos pontos em torno dos quais os trabalhadores e os sindicatos de trabalhadores rurais se mobilizaram para contestar os proprietários no período de lutas políticas⁶, disto resultando uma padronização da braça para dois metros e vinte centímetros, fato que amenizou, mas não impediu por completo, a existência de roubos por parte dos patrões e empreiteiros.

A luta dos trabalhadores rurais para terem o controle sobre o que produzem também foi objeto de análise de Marcelo Paixão (1994). De acordo com o autor, até a década de 1950, a atividade do corte da cana era paga pelo número de feixes que cada trabalhador cortasse. Como cada feixe possuía entre vinte e vinte cinco varas de cana, era fácil para o trabalhador controlar a quantidade de trabalho que havia realizado. Entretanto, com a modernização da lavoura (sobretudo a partir dos anos 60) até o pagamento da cana cortada

³ SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens: uma análise regional de ideologia*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Departamento de Economia Rural, Museu Nacional, UFRJ, 1971.

⁴ Sigaud designa por empreiteiro aquelas pessoas que faziam a intermediação entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais. É importante dizer que a autora via os empreiteiros como os “mediadores da exploração” (SIGAUD, 1979a, p. 143)

⁵ Braça era o instrumento similar a um compasso utilizado para medir a quantidade de cana cortada por cada trabalhador.

⁶ O período das lutas políticas a que se refere Sigaud (1979a) diz respeito ao período compreendido entre as décadas de 50 e 60, que ficou marcado pelas lutas dos trabalhadores rurais e dos sindicatos de trabalhadores rurais pela conquista dos *direitos* (designados pelos trabalhadores como o salário mínimo, o repouso remunerado, as férias, o décimo terceiro salário e os sindicatos). A autora ressalta que os trabalhadores rurais atribuíam a origem dos *direitos* ao governador de Pernambuco Miguel Arraes, e passaram a reivindicar aumentos salariais e o cumprimento dos *direitos* através de movimentos coletivos que chegaram a envolver toda a região da Zona da Mata pernambucana, como foram os casos das greves gerais de 1963 e 1964.

recebeu inovações nos mecanismos de medição. Desta forma, as usinas passaram a realizar o pagamento por unidades de medidas lineares (metros ou braças), ou pelo seu peso (tonelada).

Quando o pagamento era feito por metros ou braças, os trabalhadores rurais - ainda que com menor precisão do que seria com a cana enfeixada - conseguiam ter uma noção da quantidade de trabalho que realizaram. As coisas complicam quando o pagamento passa a ter como referência o peso da cana, principalmente baseado na tonelada, ficando extremamente difícil para os trabalhadores exercerem o controle sobre o que labutaram, pois o valor do corte precisa ser mediatizado pela conversão de metros (ou braças) para toneladas (PAIXÃO, 1994). Essa mudança de unidade de medida – de metro ou feixe para tonelada – já causava desconforto entre os trabalhadores desde o início dos anos setenta, como relata Lygia Sigaud (1971). De acordo com ela,

“O trabalhador prefere cortar cana por feixe do que por tonelada. Daí o número de queixas arroladas. É comum se ouvir: ‘A tonelada está matando o povo’, ou então: ‘Porque o corte de cana...sabe quando é que os pobres brasileiros comiam um bocado? Quando cortavam cana por cento, que não tinha furto. Cortavam cana por cento, quando faziam o centinho deles já sabiam que tinham ganhado...mas agora, esse negócio dessas balanças de São Miguel que usaram é de seis horas às seis horas, e se não for homem mesmo não faz o salário’. No corte por feixe se estabelece por exemplo que duzentos feixes de vinte canas equivalem a um salário. O morador cortando, ele sabe se fez ou não. Agora, sendo por tonelada e não por cento, a avaliação do trabalho vai depender exclusivamente dos homens”. (SIGAUD, 1971, p. 39)

Em relação à questão da pesagem da cana e sua conversão de metro para tonelada, Paixão (1994) pondera, citando Adissi (1990), que “a eliminação por completo de toda e qualquer forma de conversão contribuiria para a melhoria das relações entre as pessoas que vivem da atividade canavieira. Para tanto, deve-se adotar classificações objetivas e claras para cada uma das operações agrícolas remuneradas por produção” (ADISSI, 1990, p. 12). Uma medida como esta possibilitaria que os canavieiros fossem menos prejudicados, seja com balanças fraudadas (no campo ou nas usinas), seja com o “olhômetro” dos fiscais de campo “que não coincidentemente costumam errar na esmagadora maioria das vezes para baixo no cálculo da remuneração a ser recebida pelos canavieiros” (PAIXÃO, 1994, p. 263).

E os roubos dos patrões não param por aí. De acordo com Paixão (1994),

“Existem várias maneiras do patronato burlar os trabalhadores. De um lado encontramos roubos que dizem respeito ao conteúdo do processo de trabalho. Destas, a primeira forma de burla, ou roubo, talvez a mais conhecida, é a submensuração das medições do trabalho dispendido pelo trabalhador. Neste caso, o fiscal de campo manipula o instrumento de medição (dando a pulo do gato com a vara, usando uma balança fraudada, calculando de má-fé o preço do serviço, etc) prejudicando o trabalhador que recebe um valor abaixo do que legalmente deveria receber”. (PAIXÃO, 1994, p. 263)

Para ilustrar numericamente todas as perdas que os trabalhadores rurais têm que arcar em função dos roubos a que estão submetidos, Paixão (1994) cita o estudo de Adissi e Spagnul (1989); pesquisadores que calcularam que as perdas dos canavieiros dos estados da Paraíba e de Alagoas no ano de 1988/1989 com os roubos de medições, tarefas e salários, alcançavam a marca de, respectivamente, 73,5% e 60,4%. Somando com o não pagamento dos direitos sociais (repouso remunerado, décimo terceiro salário e férias), este montante atingia, respectivamente, 81% e 71,8%. De acordo com os autores, o absurdo era que estes valores ainda estavam calculados para baixo, já que também não levavam em consideração o não pagamento de faltas por motivos de doenças e feriados e os diversos descontos.

Paixão (1994) termina seu texto deixando claro seu posicionamento político e ideológico. De acordo com ele, todas as fraudes das medições e demais formas de roubos contra os canavieiros devem ser considerados como mecanismos de elevação da taxa de mais valia por parte dos empregadores. Assim, para aumentar sua margem de lucro, cabe ao patronato a elevação das pressões sobre os trabalhadores, seja por mecanismos coercitivos (tais como o controle excessivo dos fiscais de turmas e as punições), seja por meios extra-legais (os diversos tipos de “pulos do gato” citados acima). Neste sentido, todas as formas de medições

cujos critérios de conversão são pouco claros aos trabalhadores rurais e os instrumentos de medição pouco confiáveis, atuam como meios de garantir e assegurar a existência de fraudes contra os trabalhadores, abrindo caminho para uma desenfreada intensificação do trabalho. Nas palavras do autor:

“...o chamado roubo das medições, é um elemento estrutural das formas de extração de mais-valia na lavoura canavieira, sendo barrado apenas, ou por uma virtual ação trabalhista organizada e eficiente, ou quando dá lugar a sistemas de trabalho baseados na mecanização, onde os trabalhadores passam a ser pagos por uma diária e não mais por produção” (PAIXÃO, 1994, p. 267)

A temática dos roubos a que os trabalhadores rurais estão submetidos em função de não poderem controlar efetivamente sua produção também foi analisada por Francisco José da Costa Alves (1991 e 2008). Ao analisar o caso específico dos cortadores de cana no estado de São Paulo, Alves (1991) ressalta que uma das possibilidades de medir o trabalho executado pelos mesmos é através da quantidade de metros, outra é através do peso da cana cortada. Para os trabalhadores, somente o metro lhes assegura ter o controle de sua produção, e isto porque os mesmos não dispõem de balanças nos canaviais para irem pesando aquilo que já cortaram. Já para os usineiros, a melhor forma de remunerar os trabalhadores é pelo peso da cana cortada, já que os primeiros, enquanto produtores de cana, controlam sua produção pelo peso da mesma. Após 1984, os trabalhadores rurais perceberam que apenas aumentar o valor da tonelada de cana cortada não era o suficiente para aumentar sua remuneração, e isso porque

“...por tonelada, apenas os patrões controlam o resultado do trabalho, dado que são os usineiros que dispõem da balança, com isto os trabalhadores estão sujeitos a roubos e ludibriações. Com o pagamento por tonelada de cana é bastante comum insatisfações dos trabalhadores com o ganho recebido, que, via de regra, é menor do que o que o trabalhador avalia que produziu. Para os trabalhadores, o pagamento da cana cortada por metro linear passou a ser a bandeira de luta prioritária (...) Para os patrões, ao contrário, abrir mão do pagamento por tonelada significava deixar aos trabalhadores um instrumento bastante significativo para conquista de maior autonomia, porque é deixar que os trabalhadores controlem seu processo de trabalho e esta é uma das prerrogativas mais caras aos capitalistas” (ALVES, 1991, p. 192)

Podemos perceber que a reivindicação pelo pagamento por metro linear era prioritária para os canavieiros desde 1984, e a que causava maior polêmica e desavença entre eles e seus patrões. De acordo com Alves (1991), naquela época os usineiros alegavam que o pagamento por metro linear era injusto com os próprios trabalhadores porque, ao cortar cana de maior produtividade agrícola (tonelada por hectare), um trabalhador acaba cortando uma quantidade menor de metros do que um trabalhador que corta uma cana mais fraca, de menor produtividade. Assim, segundo os patrões, ao pagar o corte por metro (e não por tonelada), o primeiro trabalhador sairia prejudicado, já que ao final do dia teria ganho menos do que o segundo. Mas o impasse não parava por aí, já que os trabalhadores contra argumentavam alegando que na pauta de reivindicações eram apresentados valores diferenciados para cada tipo de cana, permitindo, assim, um equilíbrio no ganho entre trabalhadores com a mesma destreza. Isto é, o trabalhador que corta uma “cana mais forte” acaba cortando uma menor quantidade de metros, porém cada metro vale mais do que o metro cortado de uma “cana mais fraca”.

Diante deste impasse, em 1985 os usineiros reapresentaram uma contra proposta, que consistia na conversão do pagamento em tonelada para metro, através de um sistema de amostragem do talhão, o qual já era utilizado desde maio de 1984. Tal sistema ficou conhecido como *Campeão*⁷, e será descrito a seguir.

2) O Campeão

De acordo com Alves (1991), o sistema proposto pelos usineiros consiste nas seguintes etapas:

- a) De início, é preciso que as turmas de trabalhadores iniciem o corte de cana em vários pontos diferentes de um talhão (ou quadra, como também é conhecida a área delimitada de terra onde a

⁷ O referido sistema de amostragem ficou conhecido como *Campeão* já que esse é o nome dado aos caminhões que vão até os canaviais para coletar a cana retirada dos três pontos selecionados do talhão.

- cana será cortada). Dentre estes pontos, serão selecionados somente três, e a cana referente aos mesmos (que foi extraída deles) será a amostra a ser carregada em um caminhão;
- b) Este caminhão é carregado com a cana colhida nos três pontos, tomando-se o cuidado de utilizar-se a mesma quantidade de metros de cada um dos três pontos para que a média não seja afetada;
 - c) Esse caminhão é levado até a balança das usinas para ser pesado;
 - d) Depois de pesada a cana contida no caminhão, a mesma é convertida de tonelada para metro linear, dividindo-se a cana pesada em tonelada pelo número de metros verificados quando se escolheu a amostra;
 - e) A relação tonelada por metro é multiplicada pelo preço da tonelada de cana cortada, preço esse já estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho;
 - f) Este valor obtido do metro cortado é então multiplicado pela quantidade de metros cortados pelo trabalhador em um dia de trabalho.

Como dito acima, a idéia do Campeão partiu de uma iniciativa dos usineiros, e desde sua implantação nas usinas, não foi bem aceito pelos trabalhadores rurais, que recorrentemente se queixavam de vários problemas de tal sistema: em primeiro lugar, tal método era muito complicado, já que envolvia inúmeras contas. Apesar de os trabalhadores serem autorizados a supervisionar todo esse processo, na prática isso não ocorria, já que os mesmos acabavam não podendo acompanhar o momento de escolha dos pontos do talhão, o carregamento, o transporte e a pesagem da cana, porque para isto eles teriam que suspender o corte da cana por meio dia de trabalho, prejudicando, assim, sua remuneração⁸. Pelo fato de não poderem acompanhar o caminhão carregado, não há garantias de que o caminhão pesado seja efetivamente o da amostra, já que pode haver troca de carga. Como o pagamento por tonelada paga somente a cana entregue na usina e não a efetivamente cortada, existem perdas substanciais, não desprezíveis no carregamento e no transporte, as quais são pagas pelos trabalhadores. Como a escolha dos três pontos que servirão de amostragem é efetuada pelos representantes dos patrões (já que os trabalhadores não acompanham o processo para não terem um abatimento significativo em sua remuneração), se forem escolhidos os pontos de cana mais fracas do talhão, a relação tonelada/metro será diminuída, prejudicando, assim, toda a turma de trabalhadores (ALVES, 1991).

Entretanto, é importante ressaltar que os usineiros não aceitaram voltar atrás e, apesar de todas as críticas dos trabalhadores⁹, implantaram o sistema de amostragem - o Campeão - em todas as usinas do país. Uma exceção neste cenário é a Usina Ester, localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo, que, em 1998, após uma paralisação de trabalhadores liderada pelo sindicato que os representa, o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis (SER), substituiu o Campeão por um sistema alternativo, o Quadra fechada, como será visto a seguir.

3) O Quadra fechada

De início, é preciso ressaltar que o Quadra fechada não é o sistema de aferição que prevalece na grande maioria das usinas do Brasil, que, como dito acima, utilizam o chamado sistema Campeão como o método predominante. Por esta razão a Usina Ester é uma exceção, já que, em 1998, substituiu o último pelo Quadra fechada, um sistema alternativo de aferição da quantidade de cana cortada numa jornada de trabalho.

⁸ De acordo com Alves (1991), “Como os trabalhadores não podem acompanhar o caminhão, porque se acompanham não cortam, e se não cortam não ganham, este acompanhamento passa a ser executado, em alguns casos, pelas diretorias sindicais. É claro que apenas um reduzido número de dirigentes irá ao campo fazer este tipo de trabalho. Isto porque alguns se sentem pouco à vontade em atuar diretamente nas usinas devido ao confronto que tal fato provoca, além disto porque um grande número de usinas impede a presença de sindicalistas nos locais de trabalho, a não ser com aprovação prévia das usinas. Quando as usinas autorizam o dirigente a fiscalizar a medição, em geral os levam para frentes de trabalho mais organizadas, onde é feita uma medição exemplar. Nessas frentes de trabalho, a escolha da amostras, a medição, o carregamento, pesagem e conversão de toneladas em metros é bem feita, não deixando espaço para reclamações” (ALVES, 1991, p. 239).

⁹ De acordo com Alves (1991), o sistema de amostragem “...mostrou-se insatisfatório para os trabalhadores, que continuaram reclamando das fraudes e reivindicando o controle de sua remuneração, o que é um degrau fundamental para o controle do processo de trabalho” (ALVES, 1991, p. 236). Assim, pelo fato de não ter sido resolvida, a histórica reivindicação dos trabalhadores rurais para que seu pagamento tivesse como base o metro linear e não a tonelada de cana cortada passou a ser prioritária e a constar em todas as pautas de greves desde meados dos anos oitenta.

De acordo com o dirigente sindical do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis¹⁰, Paulo César de Lima, no ano de 1998 os trabalhadores rurais ligados à Usina Ester mostravam-se muito descontentes não só com os roubos recorrentes por parte da usina, mas também com o baixo preço que estava sendo pago pela tonelada de cana pelo sistema Campeão, e, por isso, decidiram entrar em greve. Naquele momento, pensando em resolver o impasse, um trabalhador rural sugeriu uma simples e notável mudança: ao invés de serem pesadas somente as canas das amostras dos três pontos selecionados da quadra – como ocorre no Campeão - toda cana de uma quadra inteira deveria ser carregada e pesada. A partir desta mudança, depois de refeita a pesagem, verificou-se que o peso da cana mensurado pelo novo método era superior ao peso fornecido através do Campeão. Foi deste campo de lutas entre forças sociais desiguais que emergiu o Quadra fechada, implantado no Brasil na Usina Ester naquele mesmo ano.

Mas como funciona o Quadra fechada? Em linhas gerais, pode-se resumir o funcionamento do sistema da seguinte forma: antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro)¹¹ é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disto, se inicia o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro, insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana (CORRÊA, 2007; ALVES, 2008; NOVAES, 2009).

Como apontado anteriormente, diferentemente do sistema Campeão, com o Quadra fechada o preço é estipulado a partir do peso da cana de toda a quadra, e essa é a grande diferença deste sistema com relação aos demais sistemas de aferição. Desta forma, evita-se que sejam pesados apenas pontos em que a cana tem baixo peso. Além desse primeiro controle, o Quadra fechada também permite que os trabalhadores fiquem sabendo exatamente a quantidade de cana que cortaram no dia, e isso porque, desde 1998, junto à balança da Usina Ester foi implantado um computador controlado por um fiscal do sindicato¹², impedindo, portanto, que haja roubos no momento de pesagem da cana. Dessa forma, os trabalhadores podem receber o equivalente à quantidade de cana cortada, o que não acontecia no sistema Campeão, pois era no momento da pesagem, que não era acompanhado pelos trabalhadores, que estes eram fraudados, recebendo, portanto, menos do que deveriam.

De acordo com Carlita da Costa¹³ – presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis e Região - com a adoção do Quadra fechada o salário dos cortadores de cana da Ester chegou a ter um aumento de trinta por cento, porque com o sistema alternativo foi possível comprovar – a partir da comparação entre estatísticas anteriores e posteriores à implantação do Quadra fechada - que os mesmos cortavam muito mais toneladas de cana do que a quantidade que era passada pela usina (isto é, com a

¹⁰ Em Cosmópolis, a entidade sindical que representa a categoria dos trabalhadores assalariados rurais faz parte da geração de sindicatos que foram criados após o movimento grevista de Guariba (1984). Intitulado de Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas, ele foi fundado em 10/12/1986 e legalizado em 12/02/1989. Atualmente o SER-Cosmópolis é filiado à CUT, central sindical que teve sua entrada no meio rural através da concessão de um grande apoio à formação dos Sindicatos dos Empregados Rurais e da FERAESP em contraposição à prática sindical desenvolvida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à FETAESP e à CONTAG (CORRÊA, 2007).

¹¹ “Quadra” e “talhão” são sinônimos, e representam uma área delimitada de terra onde a cana será cortada.

¹² “A empresa se compromete a ceder o espaço na ‘balança de pesagem de cana’ para os representantes do Sindicato durante todo o período de safra, inclusive domingo e feriados para anotação de toda a cana pesada mediante indicação da diretoria do Sindicato.” (In: *Acordo Coletivo de Trabalho* de 1999, cláusula 27.1)

¹³ Carlita da Costa é natural de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, e veio ainda criança para o Estado de São Paulo em 1972 acompanhada de seus pais. De origem rural, Carlita sempre trabalhou em lavouras de diferentes culturas, inclusive foi cortadora de cana da Usina Ester por muitos anos. De acordo com ela, ela deixou de ser cortadora de cana para ser uma liderança sindical em 1986, ano em que grande parte dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo estava lutando contra a implantação das sete ruas para o corte de cana. De acordo com Carlita, na greve de 1986 os trabalhadores rurais da Usina Ester estavam muito desorganizados, e foi nessa ocasião em que ela se destacou e passou a ser requerida por seus companheiros de trabalho como uma liderança. Depois de terminada a greve, uma comissão de trabalhadores da Ester fundou – em 1986 - o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis o qual foi legalizado somente em 12/02/1989. Desde sua fundação até os dias atuais Carlita ocupa o cargo de presidente do referido sindicato. Todas estas informações foram-me cedidas por Carlita em sua entrevista realizada na sede do SER no dia 11/10/2008.

substituição do Campeão pelo Quadra fechada, comprovou-se que um trabalhador que cortava quinze toneladas de cana por dia, por exemplo, na verdade estava cortando vinte e cinco toneladas/dia)¹⁴.

É importante destacar ainda, que para que o Quadra fechada possa funcionar, é preciso que sejam respeitados alguns requisitos, quais sejam: a Usina Ester é obrigada a fornecer todos os anos ao sindicato o seu mapa agrônomico (no qual deve constar o mapa das quadras de cada fazenda que a usina possui, os metros lineares de cana de cada quadra e a estimativa das toneladas de cana correspondentes a estes metros¹⁵); o sindicato deve ter acesso à balança da usina para controlar a pesagem e a procedência da cana; o sindicato deve receber diariamente uma planilha da usina onde constam os dados de metragem e pesagem da cana cortada por quadra. Além disto, passou a ser também responsabilidade da Usina Ester a colocação semanal de um relatório nos ônibus das turmas de trabalhadores (o qual também é fornecido ao sindicato) onde constam o nome das quadras cortadas, o peso da cana, a quantidade de metros lineares da quadra, o valor real e o valor estimado do quilo/metro¹⁶. Este relatório serve para que cada trabalhador possa compará-lo com os dados presentes em seu holerite, conferindo, assim, se ele recebeu de fato os valores reais.

Cabe dizer que, a partir 1999, o sistema alternativo passou a constar dentre as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, negociado anualmente entre o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis e a Usina Ester. No Acordo de 1999, o Quadra fechada aparece da seguinte forma:

“(06) – DO MODO DE AFERIÇÃO RUA/TONELADA

(6.1) – Acordam as partes que o pagamento será feito por talhão fechado, ou seja, toda a cana-de-açúcar colhida, transportada e pesada de cada área, será dividida pelo total de metros lineares de leira.

No início do corte de cada talhão, o representante dos empregadores comunicará aos trabalhadores o peso provisório para o corte de metro linear da cana desse talhão.

Esse peso provisório será considerado mínimo, estando sujeito a alteração a maior em função do resultado da pesagem da cana para a conversão de metros lineares em tonelada.

Para a medição, será utilizado compasso fixo de 02 (dois) metros, com ponta de metal, estabelecendo-se, então, o valor a ser pago a cada trabalhador.

Obrigatoriedade do empregador em fornecer comprovante de produção com seu nome e do trabalhador, o número do talhão e a quantidade de cana cortada.” (Acordo Coletivo de Trabalho, 25 de Junho de 1999, pp.5-6)

Para que seja possível analisar detalhadamente o Quadra fechada é necessário compará-lo com outro sistema de aferição, para que assim se possa verificar em quais pontos tais sistemas se diferenciam e em quais pontos se aproximam. Para tanto, abaixo foi elaborada uma tabela¹⁷ para facilitar a exposição. Nesta constam algumas cláusulas selecionadas que fazem parte de algumas Convenções Coletivas da categoria canavieira do Estado de São Paulo, para que seja possível comparar as primeiras com as cláusulas relacionadas ao Quadra fechada.

MODO DE AFERIÇÃO – PREÇO – TONELADA – SÃO PAULO

CONVENÇÃO COLETIVA SP	QUADRA FECHADA
1995, CLAÚSULA 15	1999, CLAÚSULA 06
No início do corte de cada talhão, o representante das empregadoras comunicará aos trabalhadores o preço	(6.1) - Acordam as partes que o pagamento será feito por talhão fechado , ou seja, toda a cana-de-açúcar colhida ,

¹⁴ Esta afirmação de Carlita está presente no vídeo-documentário *Quadra fechada* (2006).

¹⁵ O fornecimento do mapa agrônomico pela empregadora ao SER consta na cláusula 7.4 do Acordo Coletivo de 1999.

¹⁶ Este relatório também consta na cláusula 7.4 do referido Acordo Coletivo.

¹⁷ Tal tabela tomou como dados as informações contidas no livro *Estudos sobre as convenções coletivas da categoria canavieira: São Paulo, Pernambuco e Goiás, 1989-2005*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. – Brasília: MDA; São Paulo: DIEESE, 2007, pp. 30-31.

provisório para o corte do metro linear da cana desse talhão. Esse preço provisório será considerado mínimo, estando sujeito à alteração para maior em função do resultado da pesagem da **cana de amostra** para a conversão de metros lineares em tonelada, na forma descrita a seguir:

A produção de cana cortada será diariamente medida por metro linear, na terceira rua ou linha, com emprego de compasso fixo de dois metros, com ponta de ferro, na presença do trabalhador interessado, fazendo-se, nesta oportunidade, a conversão do preço da tonelada para o preço correspondente do metro linear. Para esse efeito, ao se iniciar o corte de um talhão, um caminhão será carregado com a carga colhida pelo trabalhador oriunda de **até três pontos diferentes desse talhão, o qual servirá de amostragem**, devendo essa carga de cana ter sido medida com o compasso nas condições acima.

(...)

Fica facultado o acesso do Presidente ou do Diretor por ele pessoalmente indicado, do sindicato de trabalhador acordante, e desde que comunicado previamente e devidamente acompanhado pelo empregador, para acompanhamento da pesagem da cana e busca de soluções em conjunto, quando necessárias, concedendo-se-lhes as condições adequadas para tanto. As partes que acompanham a medição devem, ao final, aporem o “de acordo” no documento próprio.

transportada e pesada de cada área, será dividida pelo total de metros lineares de leira.

No início do corte de cada talhão, o representante dos empregadores comunicará aos trabalhadores o peso provisório para o corte de metro linear da cana desse talhão.

Esse peso provisório será considerado mínimo, estando sujeito a alteração a maior em função do resultado da pesagem da cana para a conversão de metros lineares em tonelada.

Para a medição, será utilizado compasso fixo de 02 (dois) metros, com ponta de metal, estabelecendo-se, então, o valor a ser pago a cada trabalhador.

Obrigatoriedade do empregador em fornecer comprovante de produção com seu nome e do trabalhador, o número do talhão e a quantidade de cana cortada.

(...)

1999, CLAÚSULA 27 – FISCALIZAÇÃO DO SINDICATO

(27.1) - A empresa se compromete a ceder o espaço na “balança de pesagem de cana” para os representantes do Sindicato durante todo o período de safra, inclusive domingo e feriados para anotação de toda a cana pesada mediante indicação da diretoria do Sindicato.

O lado esquerdo da tabela nos mostra uma cláusula específica referente ao modo de aferição da quantidade de cana cortada, cláusula essa que se faz presente nas Convenções Coletivas da categoria canavieira do Estado de São Paulo até os dias atuais. Podemos perceber que ela descreve um método de aferição específico, o Campeão, o sistema por amostragem utilizado na grande maioria das usinas do país com exceção da Ester. Já do lado direito da tabela estão algumas das cláusulas relacionadas ao Quadra fechada e que constam somente nos Acordos Coletivos de Trabalho travados entre a Usina Ester e o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis. Ao comparar ambos os lados do quadro, podemos perceber algumas diferenças significativas (sublinhadas e negritadas) no que se refere à forma como será realizada a medição da cana cortada. Como já dito acima, de acordo com o Campeão, somente a cana referente aos três pontos das amostras serão colocadas no caminhão para serem pesadas. Já com o Quadra fechada, pesa-se toda cana que compõe uma quadra.

Além desta diferença essencial, o sistema alternativo também se distingue do seu antecessor devido ao direito que o SER e seus representantes adquiriram de fiscalizar ininterruptamente todo o processo de chegada e pesagem dos caminhões na balança da usina. A partir desta fiscalização, torna-se possível um maior controle da produção pelo sindicato, que tem a obrigação de anotar todos os dados da pesagem para conferir posteriormente com os números que constam nas planilhas que lhes são enviadas pela usina. Esse controle da balança da usina acaba evitando que a última roube os trabalhadores, pois era principalmente no momento da pesagem de cana - que não era acompanhado pelos trabalhadores - que estes eram fraudados, recebendo, portanto, uma quantidade em dinheiro que não correspondia à quantidade de cana que de fato os mesmos cortaram.

Após analisar o Quadra fechada, procurei descobrir o que os diferentes agentes sociais envolvidos com o mesmo - cortadores de cana, dirigentes sindicais e representantes da Usina Ester - pensavam a respeito do sistema alternativo, e as opiniões obtidas por intermédio da pesquisa de campo e das entrevistas serão brevemente apresentadas a seguir.

Em suas entrevistas, ambos os dirigentes sindicais - Carlita e Paulo César - fizeram questão de ressaltar que a implantação do Quadra fechada beneficiou os cortadores de cana da Ester, já que esses deixaram de ser roubados pela usina. De acordo com os sindicalistas, esse sistema alternativo é mais justo e exato do que o método que o precedeu (o Campeão), e isso porque - com todo o controle necessário para seu funcionamento - o Quadra fechada acaba conferindo uma maior objetividade ao processo de aferição da produção, dificultando e até mesmo impedindo que os trabalhadores sejam lesados no momento em que são remunerados pelo trabalho realizado.

Por todas essas razões, o Quadra fechada é visto pelos dirigentes do SER como uma das formas possíveis que os trabalhadores rurais têm para resistir perante as múltiplas formas de dominação e de controle exercidas pela usina e seus funcionários. Neste sentido, constituindo-se como um modelo que se propõe a diferenciar-se do sistema Campeão, e que possibilita que os cortadores de cana recebam justamente de acordo com a quantidade de cana que de fato cortaram, o Quadra fechada é entendido como uma conquista dos próprios trabalhadores, já que foi ao encontro dos seus anseios por um melhor e justo salário. Dessa forma - a despeito deste sistema não erradicar a forma de pagamento por produção, como ressaltou Paulo César - ele representa uma conquista da classe trabalhadora, uma vez que pode servir como um instrumento que aumenta a capacidade de luta e o poder de negociação dos cortadores de cana.

Depois dos sindicalistas, foi a vez de ouvir os representantes da Usina Ester. De acordo com um dos coordenadores da usina, no passado a Ester também operava com o Campeão, mas decidiu substituí-lo pelo Quadra fechada porque percebeu que o primeiro não assegurava exatidão nenhuma em seus resultados, e isso fazia com que não só os cortadores de cana saíssem perdendo, mas também a empresa. O coordenador dá prosseguimento à sua fala, e chega ao ponto mais interessante e polêmico. Diferentemente do que havia afirmado Carlita e Paulo César, o representante da usina afirmou que a idéia do Quadra fechada partiu da própria Usina Ester, que colocou a proposta ao SER, que acabou aceitando depois de discutir e negociar com a empresa. Nesse processo de implantação do novo sistema não houve nenhum desentendimento entre o sindicato e a usina, ressaltou o entrevistado.

Após dar continuidade às investigações e aprofundar a análise dos depoimentos, pude perceber que para a Usina Ester, é interessante e estratégico afirmar que o Quadra fechada é um projeto nascido da própria empresa após avaliar que o método anterior trazia desvantagens para si e para seus trabalhadores. Fazendo isso, a empresa busca um reconhecimento, uma legitimidade no que se refere à criação do Quadra fechada. Por trás de ações como essa, estão os interesses da Usina Ester em se mostrar - seja para o meio jurídico ou para os compradores de seus produtos - como uma empresa mais justa e que não desrespeita os direitos dos trabalhadores rurais, imagem esta que pode trazer inúmeras vantagens para a usina. Nesse sentido, o Quadra fechada é importante para a Ester¹⁸ por se constituir numa espécie de selo, de certificação,

¹⁸ Além de ser importante para a Ester, a conclusão da pesquisa demonstrou que o *Quadra fechada* também é funcional a seus interesses. De acordo com os representantes da usina entrevistados, em função de suas características diferenciadoras, o *Quadra fechada* passa uma sensação de tranquilidade para os cortadores de cana, que podem trabalhar mais sossegados por saberem que trabalham numa usina onde não serão roubados. Pelo fato de poderem trabalhar mais tranquilos, a adoção do sistema alternativo pode acabar fazendo, também, com que os cortadores de cana passem a ter menos motivos para entrar em conflitos com a usina

que poderá lhe assegurar vantagens e benefícios num contexto extremamente competitivo como o que se inserem as usinas de açúcar e álcool no Brasil. Ao afirmar que o Quadra fechada pode ser “tranquilamente” implantado em outras usinas do país, o coordenador da Usina Ester demonstra seu interesse em vender este selo, esta certificação, exportando-o para outras empresas interessadas em adquiri-lo.

Por fim, busquei a opinião dos cortadores de cana da Ester acerca do Quadra fechada. A partir dos resultados das entrevistas com os mesmos, o fato mais marcante que pude constatar foi que a maioria dos trabalhadores não conhecia o Quadra fechada, nem sequer sabia de sua existência¹⁹. A partir das entrevistas com os cortadores de cana, percebi ainda que, pelo fato de não saberem da existência do mesmo, os trabalhadores não tinham elementos para diferenciá-lo do Campeão, o modelo de aferição que o precedeu. Como já vimos anteriormente, o que faz do Quadra fechada um método de aferição diferenciado é a existência de algumas etapas as quais devem ser seguidas à risca para que o sistema possa funcionar satisfatoriamente. Foi a partir das entrevistas que percebi que tais etapas – os elementos diferenciadores do Quadra fechada - também não eram conhecidas pelos cortadores de cana. Esses têm domínio e conhecimento de algumas tarefas que compõem o trabalho que desempenham; entretanto, tais tarefas não têm a ver especificamente com o sistema alternativo.

4) Considerações finais: um balanço crítico do Quadra fechada

Depois de ter finalizado a pesquisa e ter-me visto diante desta complexa realidade, pude chegar à seguinte conclusão: é inegável que o Quadra fechada representa um importante avanço em relação aos demais métodos de aferição, os quais são elaborados pelos departamentos agrícolas das usinas e têm por objetivo maior roubar os cortadores de cana. Como vimos, quando as usinas utilizam tais métodos, são pesadas somente as amostras de cana selecionadas por elas, e os cortadores de cana e seus respectivos sindicatos não acompanham o momento da pesagem da cana na balança, o que acaba resultando em várias fraudes por parte das usinas, que remuneram seus trabalhadores com um valor sempre inferior ao que de fato eles deveriam receber.

A implantação do Quadra fechada na Usina Ester modificou essa realidade, já que o sistema se propôs a se diferenciar dos demais métodos de aferição, e para tanto, algumas etapas diferentes tiveram que ser elaboradas e seguidas à risca. O direito conseguido pelo SER para ter acesso tanto ao mapa agrônomo da Usina Ester, quanto à balança da mesma para poder fiscalizar e controlar a pesagem e a procedência da cana, são alguns dos elementos diferenciadores do Quadra fechada e que acabam dificultando em muito a existência de roubos por parte da empresa.

Entretanto, por outro lado, por intermédio da pesquisa de campo percebi também que não é possível idealizar o sistema alternativo a ponto de não enxergarmos alguns de seus limites, limites esses reconhecidos

para qual trabalham, o que é extremamente importante para a Ester. Foi assim que, a partir do momento em que percebi que o *Quadra fechada* também era reivindicado e avaliado de forma positiva pela Usina Ester, pude comprovar minha hipótese de investigação, que era: o *Quadra fechada* seria, ao mesmo tempo, tanto um incentivo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana - e nesse aspecto contribuiria para a dominação cotidiana da usina sobre os trabalhadores - quanto uma conquista dos próprios trabalhadores, na medida em que também iria ao encontro dos seus anseios por um melhor e justo salário. Em suma, o sistema de *Quadra fechada* expressaria tanto o resultado das estratégias de dominação da usina, quanto o resultado, também bem-sucedido, das estratégias de resistência dos trabalhadores.

¹⁹ A resposta que melhor ilustra este desconhecimento por parte dos cortadores de cana foi dada por um trabalhador de sessenta anos que trabalha para a Ester desde 1995 (antes da implantação do *Quadra fechada*). Ao analisarmos melhor sua fala (citada abaixo), é possível perceber que o entrevistado confunde o sistema alternativo com alguma fazenda que pertence à Usina Ester. De acordo com ele:

P: O senhor conhece o Quadra fechada que tem hoje aqui na Usina Ester?

E: Hoje aqui não, eu trabalhei muito em Massa Verde, eu pesava cana, nós pesava cana...nós cortava e pesava os feixinhos, eu avaliava o peso da cana, né, cortava de uma quadra, cortava de outra...pesava a cana para ver quanta cana tava desenvolvendo, crescendo, o quanto tá pesando.

P: E aqui em Cosmópolis, na Usina Ester, o senhor chegou a acompanhar o surgimento do Quadra fechada, que é aquele sistema novo?

E: Ah minha filha, eu conheço bastante, viu. Aqui pega São Quirino, eu conheço bastante a área da usina...Salto Grande, eu conheço bastante a área.” [grifos meus].

até mesmo pelos dirigentes do sindicato que encabeçou o processo de criação e implantação do Quadra fechada na Usina Ester.

Da mesma forma que os demais métodos de aferição, o Quadra fechada não eliminou por completo as conversões de medidas que são necessárias para se descobrir a quantidade de cana que foi cortada pelos trabalhadores. Mesmo no sistema alternativo ainda é necessário se converter quantidade de metros para toneladas, conversão essa que nasceu como uma proposta dos usineiros e que acabou sendo aceita pelos trabalhadores e sindicatos após décadas de negociação (ALVES, 1991). Tal conversão de medidas implica em cálculos extremamente complexos, os quais, na maioria das vezes, não são compreendidos pelos trabalhadores rurais.

Assim, ao fazer com que o pagamento dos trabalhadores continue tendo como base o peso da cana (baseado na tonelada), fica muito difícil para os cortadores de cana exercerem o controle de sua produção, já que o valor precisa ser mediatizado pela conversão de metros para toneladas. Com isso, podemos perceber, que o Quadra fechada não incorporou em sua execução a maior reivindicação dos assalariados rurais, qual seja, o pagamento por metro linear. Como dito anteriormente, para os trabalhadores, somente o metro lhes assegura ter o controle de sua produção, e isto porque os mesmos não dispõem de balanças para ir pesando aquilo que já cortaram (ALVES, 1991).

Além disto, por intermédio da pesquisa de campo descobri também a situação que mais me chamou atenção, e que contrariou muitas das idéias pré-estabelecidas que eu tinha em mente antes de iniciar as investigações: a maioria dos cortadores de cana que trabalhavam para a Usina Ester não sabia da existência do Quadra fechada. A partir das entrevistas e do estreito contato que estabeleci com os cortadores(as) de cana da Usina Ester, percebi ainda que, pelo fato de não saberem da existência do mesmo, os trabalhadores não tinham elementos para diferenciá-lo do Campeão. Como vimos, o que faz do Quadra fechada um método de aferição diferenciado é a existência de algumas etapas as quais devem ser seguidas à risca para que o sistema possa funcionar satisfatoriamente. Entretanto, tais elementos diferenciadores também não eram do conhecimento dos cortadores de cana.

Os resultados da pesquisa me levaram a concluir também, que, da mesma forma que os cortadores de cana de outras usinas que operam com métodos de aferição diferentes do Quadra fechada, os cortadores de cana da Usina Ester também desconhecem muitas das fases do processo produtivo no qual estão inseridos, e ficam, assim, impossibilitados de controlar sua produção diária.

Em suas entrevistas, a maior parte dos trabalhadores afirmou que eles não conseguiam entender nem fazer as contas que deviam ser realizadas para descobrir a quantidade de cana cortada por eles. A conversão de metro para tonelada - essencial para se descobrir a quantidade de cana que foi cortada por cada um - é algo totalmente inimaginável e extremamente difícil, afirmaram os trabalhadores.

Além de não terem o domínio das operações aritméticas necessárias para fazer as contas que implicam na conversão de metros para toneladas, os cortadores de cana entrevistados reclamaram também que seus fiscais de turma raramente passam o peso da cana que será cortada antes de se iniciar o corte. Tal etapa é fundamental para os trabalhadores, já que somente ao saberem previamente o peso da cana que irão cortar, os mesmos podem posteriormente conferir em seu holerite se receberam mais do que o peso estipulado ou se receberam o peso estipulado (uma vez que de acordo com uma das cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho da categoria canavieira, os trabalhadores rurais nunca podem ter seus ganhos reduzidos em relação ao valor previamente estimado para a cana).

O controle de produção por parte dos próprios trabalhadores fica ainda mais comprometido porque eles mesmos não acompanham o momento em que os fiscais de turma passam o compasso para medir a quantidade de cana cortada por cada um. Por intermédio da pesquisa de campo, percebi que esta impossibilidade de acompanhamento do momento da aferição acontece por dois motivos: vendo-se obrigados a ter uma alta produtividade, em geral os cortadores de cana imprimem um ritmo frenético a seu trabalho e raramente param de cortar cana (já que se suspendem seu trabalho, sua produção diminui, e conseqüentemente seu salário também); a outra razão deve-se às recorrentes repressões advindas dos fiscais àqueles trabalhadores que desejam acompanhar o momento da passagem do compasso, represálias essas já apontadas nos estudos de Alves (1991, 2006 e 2008).

Pelo fato de não acompanharem o compasso, ficando, assim, impossibilitados de saber ao certo quantos metros de cana cortaram, em geral os trabalhadores só vão descobrir o quanto cortaram depois que o fiscal mede e os avisa. Uma situação como essa é extremamente problemática, e pode vir a prejudicar o bom andamento do Quadra fechada, já que, desta forma, os trabalhadores rurais ficam sem poder saber se a quantidade medida e fornecida pelo fiscal é de fato a quantidade de cana que foi cortada por eles.

Ao analisar todo esse conjunto de fatores, foi possível concluir que o controle de produção não é realizado pelos próprios cortadores de cana da Usina Ester. Mas, ao concluir que os trabalhadores rurais não controlam sua produção não quero dizer que não existe nenhum tipo de controle da produção na Usina Ester. A pesquisa me levou a perceber que é inegável a existência de um controle da produção na usina de Cosmópolis; entretanto, tal controle não é realizado pelos próprios cortadores de cana, mas sim pelo sindicato que os representa, o SER. É a entidade que, além de zelar pelo controle da produção, assegura a existência e a reprodução do Quadra fechada.

Mas, por que os cortadores de cana não conheciam o Quadra fechada e suas etapas diferenciadoras? A partir da pesquisa de campo, pude verificar certa discrepância entre o discurso e a prática dos dirigentes do SER. Apesar de acharem imprescindível o envolvimento dos cortadores de cana com o Quadra fechada e com o controle da produção, os sindicalistas acabam não realizando cursos (oficinas, aulas) sobre o sistema alternativo.

Diante desta situação, pude concluir que o não envolvimento dos trabalhadores rurais com o Quadra fechada e com o controle da produção - não envolvimento esse em grande medida decorrente da ausência de iniciativas divulgadoras do sistema alternativo - acaba sendo outro fator que prejudica o bom funcionamento do Quadra fechada.

Após todas as análises empreendidas, cheguei à seguinte conclusão: é fato incontestável que o Quadra fechada representou um avanço em relação ao método de aferição que o precedeu (o Campeão). Entretanto, como ponderaram até mesmo os dirigentes do SER, por si só o sistema alternativo não é capaz de resolver todos os problemas, já que, independente dele, se não houver um controle efetivo por parte dos trabalhadores e dos sindicatos, os roubos e fraudes continuarão existindo e recaindo sobre as costas dos cortadores de cana. Ou seja, o sistema alternativo em si possui uma potencialidade de evitar os roubos e fraudes, potencialidade esta que só se tornará prática se forem construídas as condições objetivas para sua realização, isto é, se houver interesse por parte dos trabalhadores e sindicatos de se envolverem com o sistema e realizarem um controle estrito da produção.

Referências Bibliográficas

ADISSI, Paulo. A medição do trabalho na lavoura canavieira. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, (Trabalho de conclusão do curso de Ergonomia), 1990.

ADISSI, P. e SPAGNUL, W., FASE/ALAGOAS. Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. Proposta, Rio de Janeiro, ano XIV, nº42, 1989.

ALVES, Francisco José da Costa. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade, vol. 15, nº3, p.90-98, Set/Dez 2006.

_____. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: BISON, Nelson; PEREIRA, José Carlos Alves. (Orgs.) Agrocombustíveis, solução? A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: CCJ, 2008.

CORRÊA, Ellen Gallerani. O sindicalismo entre os trabalhadores rurais temporários na cidade de Cosmópolis. Relatório final de iniciação científica. IFCH-UNICAMP. Campinas, 2007.

GUANAIS, Juliana Biondi. No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1867].

_____. Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2006 [1847 e 1865].

NOVAES, José Roberto Pereira. “Campeões de produtividade”: dores e febres nos canaviais paulistas. Revista Estudos Avançados 21 (59), p.167-177, 2007a.

_____. Heróis anônimos. Democracia viva, nº 36, p.58-67, setembro de 2007b.

_____. Quadra fechada. Como é possível o trabalhador controlar a metragem e a pesagem da cana cortada? Rio de Janeiro, 2009 (folder).

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. No coração do canavial: estudo crítico da evolução do Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira (estudo comparativo em 12 estados do Brasil). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Engenharia de Produção, UFRJ, 1994.

PRADO, Marcos Lázaro. Flexibilização e novas estratégias de intensificação do trabalho nas usinas de açúcar e álcool a partir dos anos 90. Estudo de caso na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

_____. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 74-108, jan./jun. 2006a.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol 33, nº2, p. 111-114, Agosto/Dezembro 2006b.